

“A nossa realidade”: problemas historiográficos na representação do ambiente na literatura brasileira

letrônica

Mauricio Osório Krebs¹

Este trabalho foi escrito com base nos estudos e questionamentos feitos no decorrer na disciplina de Historiografia ministrada na PUCRS no primeiro semestre 2009 pela professora Maria Eunice Moreira. No decorrer do semestre durante as leituras e discussões dos textos fundadores do que viria a ser considerada a tradição historiográfica brasileira, fez-se um esforço de, mais do que conhecer os textos em si, procurar pensar o texto de uma forma horizontal, armada, na medida do possível, atento às estratégias discursivas que embasam os textos, idéias subjacentes, ausências significativas.

O quê e o como

Com o objetivo de procurar compreender melhor como se articula o discurso historiográfico brasileiro, foi levantada a possibilidade de que neste, baseado no corpus que estudamos, no bojo histórico da passagem do Brasil de colônia à nação, pode ser notada uma tendência dos historiógrafos em comungar com a idéia da formação da nação brasileira. Dentre tantas forças de tensão que se articulam pelos textos, é possível detectar, salientar, a presença de uma espécie de idéia de um perfil nacional como uma unidade representativa. Seria natural a busca de uma afirmação a preocupação com a diferença do Brasil em relação a “matriz” cultural, mas o que chama mais a atenção é o critério do “nacional” frequentemente articulado como presença da paisagem mais objetificada, figurada, do particular nacional - como, por exemplo, no caso da presença do elemento indígena - pois esta seria a expressão de um objeto genuinamente brasileiro. Como veremos, autores chegam a reclamar, como Denis, a presença do elemento indígena, mas poderia ser também a natureza, a paisagem, as

¹ Mestrando do curso de Teoria da literatura da PUCRS.

aves que “não gorjeiam como lá”, – enfim, uma presença substantivada da diferença entre a literatura brasileira e portuguesa, a presença do que havia antes de Portugal....

Essa preponderância de interesse pelo ambiente, pelo “pictórico”, na gênese do discurso historiográfico brasileiro, viria também acompanhada de uma ênfase “mimética”, por assim dizer, no que está sendo dito, se impondo de certa forma, à descrição do como está sendo dito. Sistemática, auto-consciente ou não, essa enfatização coaduna perfeitamente com a afirmação de uma identidade através da figura local, dentro da lógica da diferença com Portugal. Nossa hipótese é de que este enfoque acaba se refletindo, deixando ecos, como uma espécie de linha de tensão subterrânea na nossa historiografia mais contemporânea.

No final do trabalho, procuraremos demonstrar a possibilidade de que reverberações dessa tendência ainda se encontram na nossa historiografia mais atual. No caso, procuraremos fazer uma leitura da forma como textos historiográficos atuais descrevem dois poetas “metafísicos” modernos, Murilo Mendes e Cecília Meireles, para tentar contrastar em que medida esta suposta ênfase figurativista, ou localista, se mostra na leitura de poetas de temas entendidos como mais universais – sendo que em certa medida este tipo de poesia pode apresentar dificuldades em atender às demandas miméticas, ou figurativas, da presença de elementos da “nossa realidade”.

No caso, observaremos como se dá a presença de Murilo Mendes e de Cecília Meireles na historiografia de Alfredo Bosi e Luciana Del Pichio.

História dos Problemas

Não queremos afirmar que há uma clave una, ou mestra, principal, pela qual a nossa historiografia se movia ou possa ser interpretada. Seria muito difícil argumentar em favor de uma unidade de objetivos e visões num conjunto de textos historiográficos, não só diferentes entre si, mas que também ocupam um intervalo de tempo considerável. Portanto, não podemos cair na armadilha de “achatar”, ou resumir as intenções e visões específicas de cultura e de nação que cada um destes cronistas tem. Este texto deve, portanto, procurar preservar a individualidade de cada fonte historiográfica por um lado, e, por outro, partindo da possibilidade de que estes textos representem um movimento mais ou menos uniforme de idéias e preocupações, justificar o rastreamento dessas questões num grupo heterogêneo de textos.

Sendo assim, com o objetivo de rastrear esta possível porta de entrada na interpretação do nosso discurso historiográfico, procuraremos levantar uma espécie de “história dos

problemas”. Faremos um recorte na medida em que não será possível levar em conta toda a historiografia mais recente; neste sentido, escolhemos dois discursos historiográficos contemporâneos exemplares (Luciana Del Pichio e Alfredo Bosi).

Usamos o termo “história dos problemas”, de Benjamin de forma aproximativa, mas também como uma forma de lembrar que procuramos, então, não o levantamento de um “sistema” coerente ou mesmo ideológico na nossa historiografia, um programa de edificação do nosso país através da literatura tocado de forma coletiva e uniforme, mas sim a possibilidade de raciocínios sistemáticos.

Usamos o termo emprestado de Benjamin, pois em “O conceito de crítica de arte no romantismo alemão”, sua tese de doutorado, há uma reflexão, no capítulo “Sistema e Conceito”, acerca da possibilidade de abarcar diferentes textos, autores e pensamentos, dentro da unidade heterogênea do romantismo alemão dentro de um “conceito” de crítica. Ou seja, Benjamin se depara com um problema similar ao nosso: de dar conta de características supostamente uniformes em um movimento cultural não uniforme, de agrupar argumentos em torno de preocupações exemplares sem, no entanto, enclausurar uma quantidade de autores e textos diversos sob um conceito que de dão amplo corre o risco de sufocar diferenças em favor do discurso do intérprete.

A respeito dessa problemática, Schlegel, citado por Benjamin, chama atenção para a uma distinção central: “O espírito do sistema é algo inteiramente diverso de um sistema.” (Benjamin, 49, 1993), ao que conclui Benjamin:

No entanto é demonstrável, para além de qualquer dúvida, que o pensamento deles foi determinados por tendências e continuidades sistemáticas, que, contudo, neles mesmos, alcançam uma clareza e maturidade apenas parciais; ou, para expressar isso da maneira mais incontestável: que o pensamento deles permite-se ligar a raciocínios sistemáticos. (BENJAMIN, *ibidem*)

Então, se não podemos falar em “sistema”, ou “crítica romântica”, sem maiores riscos, ao menos podemos levar em conta a “história de um problema” - o reaparecimento em diversos autores ligados não só pela época como pelas preocupações, de argumentos e idéias similares – no nosso caso, a ênfase na figuração do nacional na busca de uma afirmação de identidade.

No texto “paixão crítica”, de João Alexandre Barbosa, está presente a discussão da tentativa de superação dos resquícios positivistas no discurso crítico e historiográfico e a busca desses autores por uma rearticulação entre o histórico e o estético. Barbosa não vê no discurso sobre a literatura uma unidade regimental, mas ainda assim anota:

Na verdade, quem tenha examinado de mais perto as idéias sobre a crítica literária no Brasil, logo é capaz de fixar alguns problemas que constituem esta evolução, formando uma espécie de teia invisível que junta, sob uma mesma rede, os críticos mais diversos em seus projetos explícitos, diminuindo distinções e aglutinando pontos de vista. (BARBOSA, 1990, p.37)

Digo discurso “crítico e historiográfico” por que o autor, apesar de lidar essencialmente com a crítica, também cita e leva em consideração indistintamente autores da historiografia, procurando, se não traçar um painel, mas ao menos uma “teia” em que se articulam estes diversos discursos, sem que, no entanto, eles tenham se baseado em nenhum programa explícito de formação na nossa identidade. Em suma, poderíamos dizer que trabalhamos mais com a possibilidade da sistematicidade dos argumentos levantados do que com a possibilidade de um raciocínio coletivo considerado a priori.

Ainda sobre Barbosa, e mesmo considerando que este autor tem em vista um corpus de extensão e recorte diverso do nosso, vale a pena conferir o que ele tem a dizer sobre a configuração das idéias sobre literatura nos séculos XIX e XX aqui no Brasil:

Ora, se nos ativermos a alguns dos principais textos críticos que constituem a nossa tradição entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, não será difícil verificar de que modo eles estão configurados sob uma perspectiva que eu chamaria de paixão interpretativa. Era natural: desde o começo das reflexões críticas no Brasil, mesmo as menos sistemáticas, empreendidas pelos próprios entre os séculos XVII e XIX, o debate centra-se na busca de uma diferença com relação à Europa, e, portanto, pela identidade nacional. Neste sentido, a interpretação da literatura era subsidiária da preocupação maior em identificar os traços culturais que serviam de base para uma definição abrangente do país. (BARBOSA, 1990, p. 41)

E em seguida:

Mesmo que se deixe de fora aqueles textos escritos por estrangeiros, mais notícias do que interpretação da literatura brasileira, excetuando-se o sistema mais completo e coerente de Ferdinand Wolf, basta ler os ensaios de Golçalves de Magalhães, Nunes Ribeiro, Golçalves Dias, José de Alencar, João Salomé Queiroga, Macedo Soares ou Varnhagem para perceber de que modo a herança romântica é marcada por esse tipo de correlação entre literatura e história. (ibid, 1990, p.44)

É evidente que precisamos considerar que o texto de Barbosa, como dissemos, lida com o discurso crítico de uma forma lata e as suas conseqüências interpretativas, mas ainda assim esse texto nos serve para nos dar uma idéia de que a nossa hipótese, se não confirmada, ao menos parece fazer sentido no âmbito do movimento histórico das idéias sobre literatura na

Brasil. E mais, que a relação suposta entre estas idéias e o momento de emancipação política, e também simbólica, do Brasil não é de todo descabida. O próprio Barbosa, ao identificar alguns dos formadores do discurso sobre a literatura nacional e sua preocupação histórica, cita nomes que formam um grupo bastante heterogêneo, de formadores de discurso, e acaba agrupando-os com base na sua “preocupação histórica”.

Sendo assim, este trabalho não preconiza uma unidade, sistema, ou projeto explícito de construção nacional através da ênfase nos aspectos miméticos ou pictorescos (pictóricos, por assim dizer) das obras pela nossa historiografia. Mais próximo da nossa proposta está a detecção da preocupação da historiografia consultada em citar elementos distintivos, e a partir deste ponto tentar relacionar as conseqüências dessa ênfase em exemplos da historiografia contemporânea.

Feitas essas considerações, passaremos agora ao rastreamento da questão das configurações da diferença e da identidade nacional, através do acicate da presença figurativa dos elementos “da terra” na argumentação dos historiógrafos estudados no decorrer da disciplina.

Gonçalves de Magalhães afirmou, no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” que “Cada povo tem a sua literatura, como cada homem tem seu caráter, cada árvore seu fruto”. No já citado ensaio, ele afirma ser a literatura, no sentido lato, “filha e representante moral da civilização”. A explanação que faz sobre a literatura e a cultura brasileira de um modo geral se dá no sentido de defender uma posição da nação como futura civilização, valorizando o novo país em contraste com a idéia degradada de país da antiga colônia. É a partir desse mote que pretendemos demonstrar a partir de que elementos os historiógrafos pretendem definir o que pertence ao nosso povo, e, do mesmo modo, a nossa literatura, nos textos de Ferdinand Wolf, Ferdinand Denis, Frederico Martius, e Francisco Varnhagen. Não é central neste presente estudo na sucessão e desenvolvimento destas idéias, mas sim a verificação da sua presença constante como ponto de partida e de certa forma justificativa na verificação de uma hipótese. Com efeito, não centraremos a nossa análise destes textos numa perspectiva diacrônica.

Ferdinand Wolf, por exemplo, toma o fato da emancipação do Brasil para relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento da literatura no Brasil. Como por exemplo, quando da explicação sobre sua divisão de períodos: (a respeito da 5ª. Divisão):

A monarquia se consolida; o governo e o imperador pessoalmente estimulam as letras e as belas artes. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se cada

vez mais com o ascendente da escola romântica e dos elementos brasileiros. (WOLF, 1955, p.8)

Note-se a utilização de expressões como “*literatura nacional propriamente dita*”, que seria possível, a partir o estímulo do imperador e da consolidação do Estado. Dois elementos constituintes são citados: a “*ascendência romântica*” e os “*elementos brasileiros*”. Sem poder agora argumentar a respeito da influência do pensamento romântico, fortemente ligado à idéia de unidade², e de maneira mais ou menos conseqüente, à idéia de nação, ou de entrar na seara do transplante dos ideais românticos para terras não-européias, gostaríamos apenas de salientar as expressões destacadas acima como pedras-de-torque no sentido que Wolf parece querer construir. O estilo romântico, preenchido com elementos da terra, resultaria numa arte genuinamente nacional para um país independente. Devemos notar que, na continuidade do argumento no mesmo texto, Wolf descarta o índio como elemento básico, por não ter “cultura literária propriamente dita”, mas a seguir recoloca o elemento distintivo através da figura do mestiço e do mameluco:

Foi só indiretamente que os habitantes primitivos do país mercê de sua união com os colonizadores e das raças híbridas (mamelucos e mestiços) que daí se derivaram é que exerceram, sobre o desenvolvimento do caráter brasileiro e por conseguinte sobre a literatura deste povo uma influência (...). É assim que ao fim de dois séculos, o caráter nacional dos brasileiros e portanto sa literatura diferia essencialmente dos portugueses. (WOLF, 1955, p. 7)

A preocupação, expressa na última frase, com a “diferença essencial” que deveria marcar a produção nacional, é colocada em termos do que tem aqui e não tem lá. Uma vez que o autor não leva em consideração da cultura indígena não-letrada, imediatamente recoloca o argumento em termos de outro produto diferencial local: a mestiçagem, a figura do mestiço. Essa lógica não difere muito da classe de argumentação de Carlos Frederico Martius. No seu texto, a afirmação é mais explícita, e vem logo no início:

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, as mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população tem um cunho muito particular. (MARTIUS, s/d, p.83)

² Como destaca Gerd Bornheim: “Uma das categorias básicas, fundamentais, que permitem compreender o romantismo, é a da unidade. Podemos mesmo dizer que todo o romantismo se desdobra sob o signo da unidade”. (Bornheim, 52, 1959)

Além de colocar como centro das atenções não só a presença das raças mas a sua presença como antepassada de outro povo, um povo mestiço e de “cunho muito particular”. É mencionada na seqüência que dada a particularidade do destas relações no Brasil, elas podem se manifestar numa historia influenciada “segundo uma lei particular de forças diagonais”³. Na mesma página, Martius chega até mesmo a falar em *providência* ao mencionar ao caso particular da história brasileira.

A dissertação de Martius não trata de literatura especificamente, mas apresenta-se como uma proposta que pretende delinear pontos de partida ou linhas mestras para futuros estudos que tenham, ou produzam, uma visão histórica no Brasil. Sabemos que a historiografia literária faz parte do contexto proposto por Martius. Mas o ponto mais importante da sua dissertação é justamente começar a sua argumentação em favor da particularidade da história e do povo brasileiro através da escolha de um traço distintivo, uma miscigenação específica das terras locais.

Nos casos acima temos exemplos mais de uma postura marcada de alguma forma pela colocação da identidade, ou da noção de diferença, no cerne dos estudos culturais ou discursos de viés histórico. Mas nos exemplos que citaremos abaixo, os autores argumentam explicitamente em favor da utilização desates elementos como matéria da qual a literatura ou a poesia deve se alimentar, ou reproduzir.

Varnhagen, no prólogo do “Florilégio da Poesia Brasileira”, na esteira da argumentação da divisão entre literatura brasileira e portuguesa, declara a necessidade da poesia brasileira declarar-se independente da portuguesa – mas com a preservação da língua, pois o autor recomenda que se estude e muito os clássicos. Em seguida cita dois exemplos de escritores que percorreram este caminho, Irving e Cooper usando a expressão “poetas tão originais e americanos”⁴. O uso repetido da expressão “americano” como forma de marcar alguma forma de originalidade, no sentido da diferenciação, como não-europeu, não-português, volta a tona nas páginas seguintes, onde Varnhagen é mais claro nas suas proposições, explicando o que entende por americanismo:

Para que os poetas, ao invés de imitarem o que lêem, se inspirem na poesia que brota com tanta profusão no seio do próprio país, e que sejam, antes de tudo, originais - americanos. (...) A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, *principalmente no descritivo* (*grifo nosso*), só filha desta contemplação de uma natureza nova e virgem; (VARNHAGEN, 1998, p. 236)

³ Ibid, 84.

⁴ Ibid, 228.

Defendendo sempre uma posição de equilíbrio entre a necessidade da presença do original “descritivo”, sem por outro lado abandonar o uso clássico da língua, Varnhagen retoma de certa maneira a idéia de Wolf da combinação da “*ascendência romântica*” com os “*elementos brasileiros*”. Notamos aqui não só a presença de um elemento distintivo, marcado pelo uso do vocábulo “americano”, mas a formulação explícita do que tomávamos como uma possível linha de tensão dentro do corpus de trabalho: presença de figuras distintivas de identidade original, como elementos descritivos, visto que a forma, o estilo, segundo Wolf, seria de ascendência romântica.

Terminado este pequeno rastreamento, nos voltamos a Ferdinand Denis e o seu *Resumo da história literária do Brasil*. Guilhermino César, na introdução de “Historiadores e Críticos do Romantismo” refere-se ao texto de Denis como “pregação indianista”. E não é para menos: Denis preconiza e argumenta fortemente a favor do aparecimento e utilização do índio como personagem da poesia brasileira. O título do primeiro capítulo do resumo de Denis intitula-se “*Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo*”. Deste título podemos inferir muitas coisas, entre elas a tonalidade prescritiva da intenção declarada do autor, da edificação tanto quanto da descrição, e também – e principalmente – o “caráter” novo de uma poesia filha de um mundo novo. Denis, recuperando o contexto da sua argumentação, afirma que o Brasil “sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes daquelas que lhe havia imposto a Europa”⁵.

Voltamos aqui, portanto, ao argumento dos traços distintivos. E quais são estes traços que definirão o caráter na poesia do novo mundo? No prefácio da obra escrito por Guilhermino César, podemos achar pistas:

O autor do Resume chegou mais longe. Foi efetivamente o primeiro a tratar de nosso processo literário como um todo orgânico. Tal preeminência cronológica não teria, porem, maior importância, se não houvesse Denis contribuído com sua obra para despertar tendências, aprofundá-las, sugerir insubordinação aos modelos da Europa, enfatizar a necessidade de nos apegarmos um pouco mais efetivamente ao país, por via da adesão (que apregoava indispensável) à temática do indianismo. E foi isso que ele fez (...) ao aconselhar que os nossos autores olhassem mais para dentro de si mesmos e procurassem estudar a natureza americana, o nosso barbarismo, o nosso primitivismo, em busca de características originais e inexploradas. (DENIS, 1978, p. 10-11)

⁵ Denis, 30.

E a seguir, demonstrando mais claramente o nosso argumento: “O ambientalismo, mais tarde levado a conhecidos exageros por Silvio Romero, com Resumé principia a fazer carreira em nossa critica.” (Ibid, 15)

É bem verdade que não podemos deixar de citar o próprio Denis, visto que este trabalho não procura se basear nos comentadores dos historiógrafos, mas nos seus próprios textos, no entanto, César resumiu com tanta precisão e felicidade, e em termos tão familiares a nossa argumentação que não podemos deixar de citá-lo.

Voltando ao Resumo de Denis, mais especificamente às *Considerações gerais*, podemos notar uma formulação clara do autor a este respeito:

(...) o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude do povo. (Ibid, 30)

Na seqüência desta argumentação, Denis chega a exortar os americanos a rejeitar as “idéias mitológicas devida ás fabulas da Grécia”, pois elas não estariam nem de acordo “nem com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições”. Se Denis não tivesse sido um estrangeiro, poderíamos completar o último período com o pronome possessivo “nosso”: estar de acordo com o nosso clima, natureza, tradições.

Ainda que Denis não reclame o aparecimento dos indígenas como personagens ou temas de poesia, ele deixa bem claro qual o caminho que deve ser seguido pelos poetas brasileiros.

Dos textos historiográficos que nos estudamos em aula, talvez sejam em Varnhagen e Denis que encontramos a preocupação de um diferencial figurado como fonte de originalidade e distinção identitária na literatura no Brasil.

A nossa suposição inicial, de que a preocupação com a edificação de uma noção de identidade nacional através da apreciação de elementos descritivos, ou figurativos, sempre distintivos do ponto de vista do pitoresco, na historiografia estudada, pode ser reconhecida como uma linha de força no bojo de uma tentativa de recuperação de uma “historia de problemas”, e não de um sistema coerente parece se confirmar.

Para corroborar com este raciocínio, além dos exemplos retirados da bibliografia indicada em aula, contamos também com outro autor, que opera em outro âmbito e com fins argumentativos diversos, João Alexandre Barbosa, mas que, ainda assim, pode testemunhar no sentido de que a preocupação histórica é uma linha de força operante no escopo das discussões literárias brasileiras.

Num segundo momento, supomos que estas linhas subterrâneas de força possam ser de alguma forma detectadas na historiografia atual, especialmente no que tange a apresentação de dois poetas “metafísicos”, Murilo Mendes e Cecília Meirelles, poetas aparentemente afeitos a temas considerados universais, e que, portanto, não se enquadrariam tão bem dentro da lógica pitoresca que apontamos quanto, por exemplo, um romance realista ou neo-realista o faria.

Voltando para a historiografia atual

Parte da justificativa da escolha dos poetas já foi antecipada no parágrafo anterior. Visto que os textos historiográficos eleitos neste trabalho são a *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, e a *História da literatura brasileira*, de Luciana Stegagno Picchio, verificaremos se é detectável, ou ao menos argumentável, a idéia de que há uma diferença significativa de enfoque e ênfase na maneira como um texto historiográfico mais marcado pela história, pela pergunta do Que, de Bosi, e outra, mais voltada para a pergunta do Como, no caso de Picchio.

É claro que, diferenças metodológicas a parte, não parece haver um descolamento da apresentação historiográfica em nenhum dos textos. Mesmo apontando novas chaves de agrupamento e seleção, Picchio não abandona a noção de narrativa histórica, de sucessão de obras num espedaço de tempo, de agrupamentos.

Antes de irmos aos poetas, devemos esclarecer por que colocamos o rótulo de “poetas metafísicos” entre aspas. Na tentativa de recuperar o significado do termo, para assim agrupar um número de poetas modernos, procuramos uma definição usual de poesia metafísica. Nos interessamos por este caso específico por que a poesia dita metafísica parece ter entre suas características uma tendência a temas mais universalizantes, o que nos oferece possibilidades de leitura interessantes pelo ângulo apresentado neste trabalho.

A melhor recuperação do termo “poesia metafísica” a que tive acesso foi feita por Ricardo Daunt no site Triplov. Daunt foi professor visitante na Universidade de Yale, é Doutor pela Universidade de São Paulo, pesquisador e autor. No site citado podemos encontrar vários dos seus textos, acadêmicos ou não. Termo inicialmente usado por Dryden no final do século XVII, foi sendo recuperado e ampliado. Grierson, citado por Daunt, já no século XX nos oferece uma boa definição:

Em 1921, Herbert Grierson publica *Metaphysical lyrics and poems of the seventeenth century: Donne to Butler*, abarcando em uma coletânea, além dos poetas mencionados no título da obra, nomes como Crashaw, Marvell, Townshend,

Lord Herbert, John Cleveland, Benlowes, ao lado de dezenas de outros nomes que despontaram nesse período. Em seu trabalho, Grierson define a poesia metafísica como aquela "inspirada por uma concepção filosófica do universo e pelo papel assumido pelo espírito humano no grande drama da existência. (DAUNT, 2009)

E ainda outra recuperação histórica:

O que vem a ser a poesia metafísica? Na concepção de Saintsbury os poetas metafísicos são aqueles que procuram algo além ou adiante da natureza, como refinamentos do pensamento ou da emoção. A definição é vaga, instável, como instável é o próprio território que delimita a presença da poesia metafísica através dos tempos. (DAUNT, 2009)

Mais tarde, T. S. Eliot também se debruçaria sobre as possibilidades de conceituar a poesia metafísica, mas mais importante que a recuperação de diferentes concepções de poesia, convém notar, pela leitura dos trechos destacados, a afinidade que este tipo de poesia tem com o que dificilmente pode ser marcado localmente: expressões como “grande drama da existência” podem nos fornecer pistas do território em que estamos nos movendo. Neste contexto, ainda mais sintomáticas são as referências aos temas da poesia metafísica como “além ou adiante da natureza”, e que sua concretização é "inspirada por uma concepção filosófica do universo e pelo papel assumido pelo espírito humano no grande drama da existência”.

Dessa maneira, mesmo utilizando uma descrição precária de um termo que apresenta dificuldades de definição clara e inequívoca, pois como lembra Eliot através de Daunt, a poesia metafísica muda muito conforme os tempos, fica expresso, como vimos no parágrafo anterior, que no cerne no que define a poesia metafísica está uma preocupação temática que escapa facilmente ao que é considerado localista, pictórico ou ligado a “ambientalismos”.

Murilo Mendes e Cecília Meireles são um bom exemplo de poetas considerados “metafísicos”, nos quais encontramos uma série de elementos e temas que não são facilmente identificados com o descritivo. Feitos estes esclarecimentos, vamos ao que nos dizem deles Bosi e Picchio.

No caso de Cecília Meireles, Bosi inicia a sua apreciação com estes termos:

Com Cecília Meireles a vertente intimista, comum a todos os poetas que estamos estudando, afina-se ao extremo e toca os limites da música abstrata. Mas enquanto Murilo, Jorge de Lima, Schmidt, e Vinícius são líricos do ser e da presença (religiosa, erótica ou social) o poeta da solombra parte de um certo distanciamento do real imediato e norteia os processos imagéticos para a sombra, o indefinido, quando não para o sentimento de ausência e do nada. (BOSI, 1987, p.460-461)

Mais do que tentar discutir a validade dos julgamentos de Bosi, que seria impossível tendo em vista o alcance das leituras do autor, e a segurança das suas assertivas, seria interessante chamar atenção não só para a escolha vocabular do trecho acima, mas principalmente para as escolhas da forma de apresentação de Cecília. Identificada com a vertente “intimista”, ela se diferenciaria dos outros intimistas por sua relação com o real, relação essa freqüentemente fugaz, indefinida, como diz Bosi.

O fio condutor da argumentação de Bosi é por demais evidente: através do modo como Cecília se apropria do real, faz dele “ser e presença”, que se articula o ponto de vista de Bosi. A sua argumentação encontra-se suspensa entre o real de um lado e os “processos imagéticos” de outro – a forma de apropriação, no caso de Cecília, tênue segundo o autor, representa a “clave” pela qual o seu processo poético é apresentado e de certa forma, medido.

O mesmo filtro, digamos, de cores miméticas, é aplicado por Bosi no tratamento da obra de Murilo Mendes. Começa o texto comparando-o a Carlos Drummond para em seguida arrematar:

Mas o seu pensamento [de Murilo] trilha veredas opostas as do enxuto minerador de claro enigma. É pensamento que não róí o real, mas multiplica-o, exalta-o, e, com materiais tomados á fantasia opera uma potencialização das imagens cotidianas. (Ibid, p. 446-447)

Novamente, sem discutir os juízos e intuições de Bosi, convém colocar que o trecho acima expõe a mesma mecânica argumentativa utilizada no caso anterior, de Cecília. A chave continua sendo a operação da passagem de elementos do “real” para a forma discursiva do poema. No caso de Murilo Mendes, de fato, uma das suas características mais evidenciadas e comentadas pela fortuna crítica é o seu método pouco usual de apropriação de elementos do real, próxima do surrealismo, através de deslocamentos, colagens, montagens, etc. Mas, evidente, essa não é a única, nem pode ser argumentada como principal, forma de apresentar a poesia de Murilo – esta acaba se dando não como uma estratégia de encobrimento de outras facetas da poética muriliana, mas como uma reverberação de temas que vimos anteriormente neste trabalho.

Em outras palavras, Bosi, como de certa forma herdeiro da historiografia original brasileira, e também depositário da história dos problemas nela presente, deixa ver através da sua escolha de abordagem uma forma de articular aquilo que prototipicamente chamamos de “elementos distintivos”, ou “quase miméticos”. O poeta, para ele, aparentemente, opera na

medida em que captura elementos e os transfigura Ana forma de discurso. Seria justo dizer que, mesmo sem o perceber, Bosi ainda se movimenta dentro dos padrões de uma visão estabelecidos pela historia dos problemas que citamos? Seria muito arriscado dar um salto de um recorte possível da historiografia para atribuir intenções ao texto de Bosi, mas, no entanto, não é possível deixar de perceber que, ao reduzir os processos poéticos de Murilo e Cecília a apropriação de elementos do “real”, Bosi poderia, sim, *a posteriori*, ser incluído num recorte historiográfico que deita raízes na formação de uma idéia de nação.

Note-se que a configuração do que entendíamos por poesia metafísica, de temáticas universalizantes, passam ao largo do texto de Bosi, que prefere centrar suas baterias na detecção do modo de internalização do real no discurso do que no teor das preocupações e inquietudes da poesia de Cecília e de Murilo

Como forma de contraste, gostaríamos de introduzir a visão de Picchio sobre estes mesmos poetas. A parte dedicada a ele na *História da literatura brasileira* tem por título “*Por uma reproposta universal do brasileiro Murilo Mendes*”. Sem argumentar sobre a presença do termo “universal” no título, vale dizer que a apresentação da poesia de Murilo no texto de Picchio é rica, cuidadosa, e cheia de detalhes. Mais que oferecer um possível caminho de interpretação do funcionamento da poesia de Murilo, Picchio cobre diversos aspectos dessa experiência poética, o que parece mais adequado, tendo em vista o caráter múltiplo da poesia de Murilo.

Citando um exemplo, Bosi procura explicar um processo interno de tomada do real em Murilo que, como dissemos, mantém relações claras com o contato do poeta com o surrealismo. Bosi sequer cita esse fato, pois a sua ênfase é medir como a poesia de Murilo dá resposta ao desafio da presença do real na poesia.

Já no caso de Picchio é o contrário, as informações sobre o poeta espalham-se sem uma necessidade pungente de que elas se liguem umas as outras com vistas a dar conta de um dos supostos funcionamentos de uma lógica poética determinada. Assim, o surrealismo, as influências de artes plásticas, a religião, a sua relação com a cultura brasileira, tudo dentro do âmbito poético, não biografista, todos estes elementos são colocados por Picchio na sua apresentação de Murilo. Talvez por que sem a necessidade (ou escolha?) de Bosi em engendrar no seu texto o máximo de informação utilizável numa fórmula mais ou menos compacta, a abordagem de Picchio chega mais perto de completar a difícil tarefa de comprimir uma produção diversa e sofisticada como a de Murilo sem deixar de apresentá-la como diversa e sofisticada.

Ainda no texto de Picchio, a respeito da outra poeta metafísica, Cecília Meireles, combinado dados biográficos com comentários de obras específicas, lembrando de citar a dicção e a musicalidade dos versos da poeta (características centrais que não podem ser sonegadas ao leitor), enfim, uma apreciação que não está tão presa em definir numa fórmula, ou enfoque, como “funciona” Cecília Meireles do ponto de vista de uma apropriação do mundo, ou da história de certa forma.

Voltando a nossa hipótese inicial, e aceitando que é possível ver na tradição do corpus da historiografia brasileira estudado uma ênfase no que Guilhermino Cesar chamou de “ambientalismo”, e que esta ênfase está ligada as escolhas dos historiógrafos que corroboram de alguma forma com a idéia da formação de uma literatura própria e nova para uma nação também única e nova – se aceitarmos esta premissa, temos que de alguma forma tentar localizar os textos de Bosi e Picchio no contexto das suas apreciações.

Bosi, como vimos, parece se prender a esta tendência de ênfase “mimética” na abordagem dos dois autores escolhidos. Nos dois casos ele usa o mesmo expediente, de nomear a suas formas de relação com a realidade, ou o “social”, ou com o mundo. Essa tática mantém relação com a discussão anterior na medida em que a presença, ainda que tomada por Bosi como processo poético, desses elementos objetivos no discurso ainda de certa forma norteia o discurso de Bosi, por mais esteticamente sensível que ele seja.

Por outro lado, Picchio, sem conseguir abandonar a narrativa histórica na sua configuração básica, destende-a utilizando de recursos que costuram elementos biográficos, temas, possíveis interpretações e pedras-de-torque. Ao ser mais feliz em termos de abrangência informativa, e também não tão rigorosa quanto Bosi na arquitetura geral da sua obra, a obra de Picchio demonstra um mundo de possibilidades, nuances e modulações possíveis na apresentação historiográfica da literatura brasileira.

Referências

BARBOSA, João Alexandre. *Paixão crítica*. IN: *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1975.

BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras/EDUSP, 1993.

BORNHEIM, Gerd A. *Aspectos filosóficos do romantismo*. Porto Alegre: IEL, 1955.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Cultrix, 1987.

CÉSAR, Guilhermino. A primeira história literária do Brasil e seu autor In: CÉSAR, Guilhermino (org). *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

DAUNT, Ricardo. *Poesia metafísica*. In: http://www.triplov.com/letras/ricardo_daunt/orpheu/poesia_metafisica.htm, site consultado em junho e julho de 2009.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (org). *Historiadores e críticos do romantismo*. A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999.

MARTIUS, Frederico PH de. *Como se deve escrever a história do Brasil*. S/d.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Florilégio da poesia brasileira. IN: ZILBERMAN, Regina; e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Recebido em 23/08/2009

Aceito em 22/09/2009

Contato: mauricio.krebs@acad.pucrs.br